

Desmanche de territórios indígenas e de unidades de conservação no novo arco de desmatamento em Rondônia/ Brasil e Beni/Bolívia (2018-2020)



Luis Fernando NOVOA GARZON, Daniele Severo da SILVA, Maíra Silva Ribeiro, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO, Brasil. (2022). pp 116-133

Seção especial – O desmonte socioambiental e as resistências emergentes Vol. 60, p. 116-142, jul./dez. 2022. DOI:10.5380/dma.v60i0.80233 e-ISSN 2176-9109

Conteúdo

1. Introdução
2. Neoextrativismo em escala amazônica
3. As estratégias empresariais que confluem na agenda anti-ambiental e anti-indígena do governo Bolsonaro
4. Percurso metodológico e mapeamento das ameaças e das resistências
5. Mapeamento das dinâmicas e dos atores da devastação social e ambiental
 - 5.1 A estrada-parque como lugar dos entrecruzamentos
6. Territórios indígenas e resistências no meio do caminho
 - 6.1 Território Karipuna: intrusões crescentes
7. Beni e Rondônia: fronteiras em movimento e territórios em rotação
8. Considerações finais

1. Introdução

- Demonstrar o modelo rentista-neoextrativista e as reiteradas expropriações primárias ao longo da fronteira econômica na Amazônia.
- Demonstrar como avançam e se entrecruzam as frentes de e desposseção na região amazônica através das práticas de estigmatização que as impulsionam.
- Mapear as ameaças desestruturadoras da região fronteira.

2. Neoextrativismo em escala amazônica

*Neoextrativismo é um regime de simplificação territorial e redução política.
(Gudynas, 2015; Svampa, 2019)*

Compõem:

- Marcos regulatórios
- Formações discursivas pro-abertura
- Processos de militarização

[...]. O desmatamento na Amazônia deve ser compreendido como um metabolismo particular do capitalismo no Brasil, impulsionado e mantido por determinadas coalizões de interesse entre agentes econômicos e políticos que resultam em ordenamentos ou governanças territoriais “de fato”, que margeiam ou esgarçam as de direito (Araújo & Vieira, 2019)

3. As estratégias empresariais que confluem na agenda anti-ambiental e anti-indígena do governo Bolsonaro

- ❖ Em nome da nação, entroniza-se territórios empresariais crescentemente transnacionalizados e auto regulados como “Energia para o Brasil”, “Fontes de divisas” e “Motores do crescimento nacional”.
- ❖ O desmatamento, queimadas na Amazônia entre 2018 e 2020, um teste do que pode e do que não pode, onde se conjugam o narcotráfico, a lavagem de dinheiro e a grilagem de terras (Almeida et al., 2019; Castro & Carmo, 2019; Acseirad, 2020).

4. Percurso metodológico e mapeamento das ameaças e das resistências



Se evidenciou que as Unidades de Conservação estão sendo desafetadas.

Consolidando também uma rota do narcotráfico transnacional

FIGURA 1 – Área de recorte da pesquisa. FONTE: elaboração própria **(do artigo)**, 2020.



Resumen y video del evento

El Acuerdo de Escazú
una herramienta fundamental para la
protección efectiva del bioma amazónico



IV - EVENTO PARALELO

do el 21 de abril



¿Estamos en el poder?
Experiencias de las clases obreras
con la izquierda en el poder

Angus McNeilly



DERECHOS LABORALES Y SEGURIDAD SOCIAL
Alerta Laboral 90: ¿Y nuestros derechos? ...



POLÍTICA FISCAL Y DESARROLLO
Boletín del GPFD 18: Industrialización vs. ...



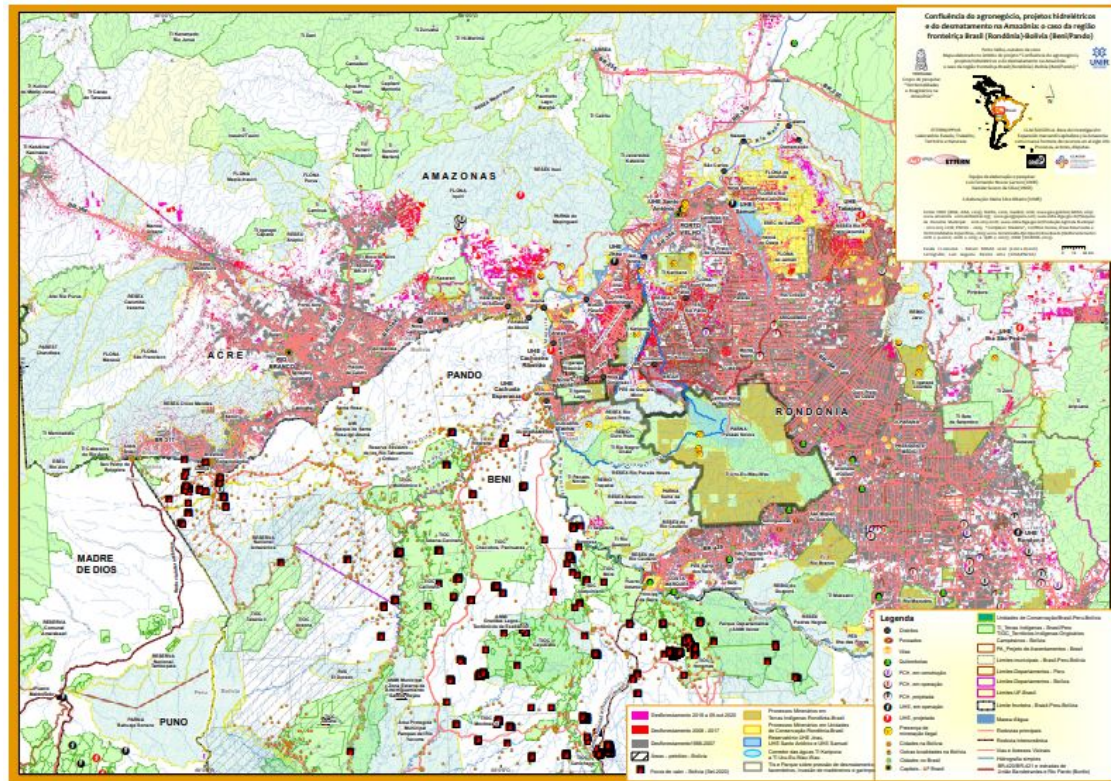
<https://cedla.org/>

El Centro de Estudios para el
Desarrollo Laboral y Agrario
(CEDLA)

El CEDLA es un centro de
investigación que genera y difunde
conocimiento crítico sobre la
problemática laboral con incidencia
en el debate público y en la acción
de los/as trabajadores/as y sus
organizaciones.

El CEDLA está afiliado a nivel
nacional a la Unión Nacional de
Instituciones de Acción Social
(UNITAS) y en el plano internacional
al Consejo Latinoamericano de
Ciencias Sociales (CLACSO).

5. Mapeamento das dinâmicas e dos atores da devastação social e ambiental



de 1988 a 2007 em cor cinza
de 2007 a 2018 em cor vermelha
e de 2018 a 2020 em cor rosa.

“As experimentações de soja feitas pela empresa agropecuária ZAMA no distrito dão ideia da nova delimitação da soja a partir do eixo da BR 364. Com a perspectiva do avanço da soja.”

FIGURA 2 – Confluência do agronegócio, projetos hidrelétricos e do desmatamento na Amazônia: o caso da região fronteiriça Brasil (Rondônia)-Bolívia (Beni/Pando). FONTE: Elaboração própria, **(do artigo)** 2020.

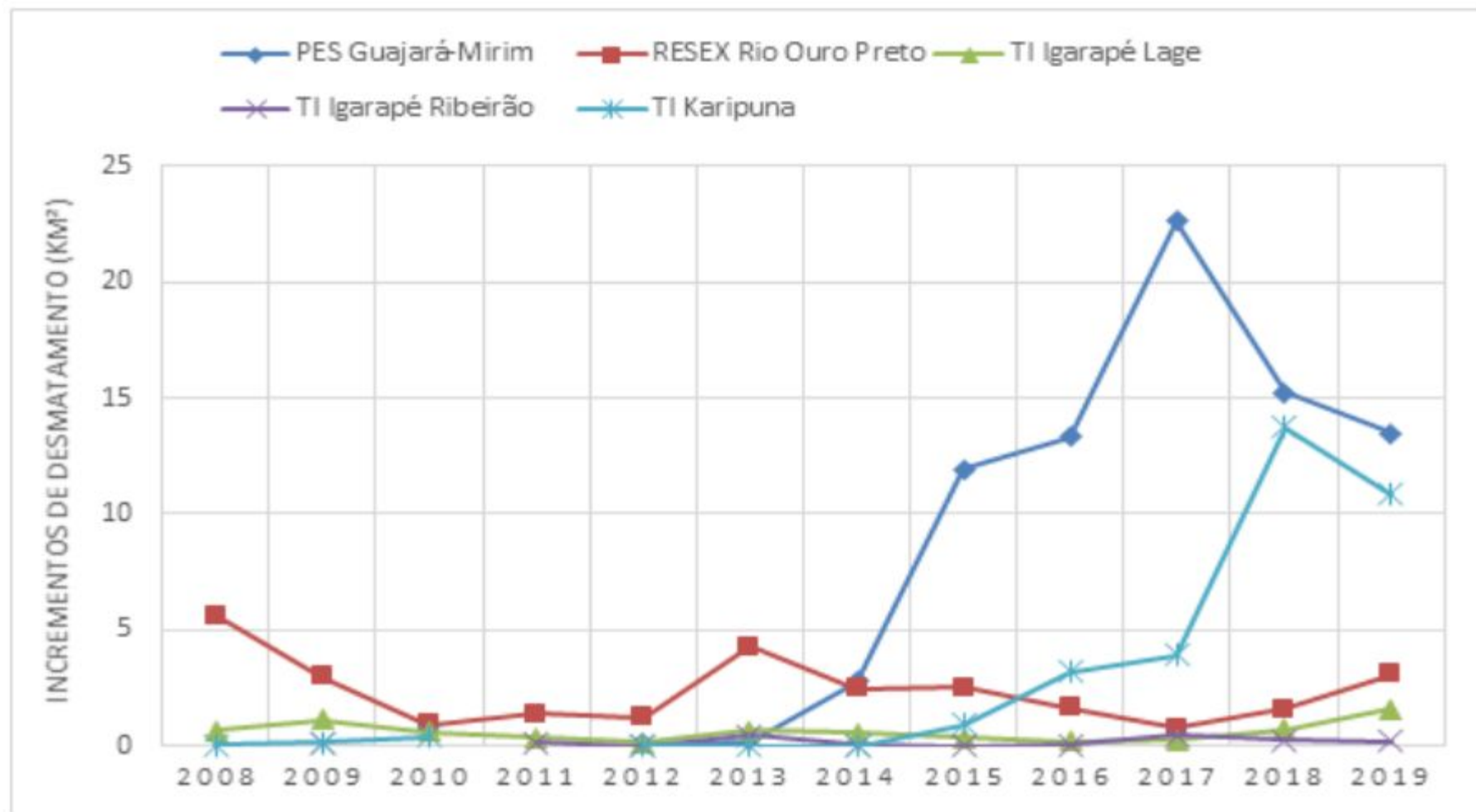


FIGURA 5 – Incrementos de desmatamento acumulado por ano em Unidades de Conservação e Terras Indígenas localizadas ao norte do Estado de Rondônia (2008 - 2019). FONTE: Adaptado de Terra Brasilis/INPE (2020)

6. Territórios indígenas e resistências no meio do caminho

- A análise foi concentrada no território Karipuna. e da “fragilidade” que os povos indígenas vêm passando junto aos seus territórios em período de pandemia.
- O TI está situado entre duas hidrelétricas.
- Os garimpeiros no final terminam por se fortalecer com validações legais, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Documento de Origem Florestal (DOF), que cancelam legalmente algumas das práticas não lícitas.

7. Beni e Rondônia: fronteiras em movimento e territórios em rotação

“La Zonificación Agroecológica identifica y recomienda usos de la tierra en correspondencia con su aptitud, resultado de la evaluación de la tierra que considera la oferta y demanda del territorio para el mejor uso de la tierra. [...] Es el proceso de predecir el desempeño de la tierra en el tiempo para tipos de uso específicos (Gobierno Autónomo del Departamento del Beni, 2019, p.14).”

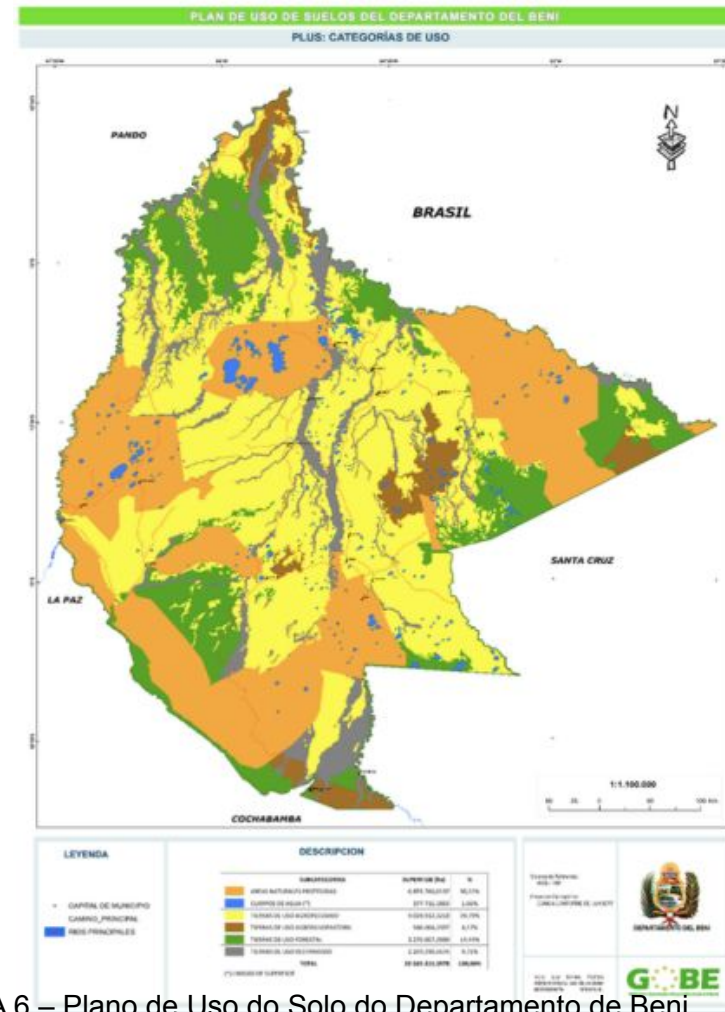


FIGURA 6 – Plano de Uso do Solo do Departamento de Beni.
FONTE: Gobierno Autónomo del Departamento de Beni, 2019.



Fronteira Bolívia - Brasil (Junho 2022)
FONTE: Norah A. Ordoñez Z.

8. Considerações finais

- O artigo é uma compilação de dados dos últimos anos de desmatamento na fronteira de Rondônia com a Bolívia.
- Falta de acesso às informações de desmatamento na Bolívia na região de *“Guayaramerín - Beni”*.
- Há fortes interesses econômicos respaldados por políticas governamentais.